

# ENTENDA O PACOTE

Mudanças no Imposto de Renda, demissão de servidores públicos e cortes nas verbas para cultura preocupam o leitor

Fone  
**342-1139**  
www.correioweb.com.br

Sandro Silveira  
Da equipe do Correio

## SERVICO

**PLEBISCITO ON LINE**  
Você aprova o pacote de medidas do governo federal?  
O Correio Web quer saber o que você acha do pacote emergencial do governo Fernando Henrique Cardoso. Para dar seu voto, basta acessar o endereço do Correio Braziliense na Internet (www.correioweb.com.br) e escolher uma das opções do plebiscito.

OPÇÕES	VOTOS	PERCENTUAL
SIM	72	13,9
NÃO	441	85,1
INDECISOS	5	1,0
<b>TOTAL</b>	<b>518</b>	<b>100</b>

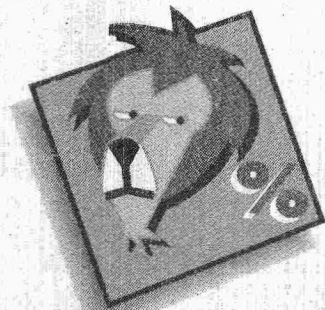
## PREÇOS

**1** Comprei um apartamento em Água Claras através de uma cooperativa e estou pagando a poupança. Ainda não assinei o contrato de financiamento com o banco. O pacote pode impedir ou dificultar essa assinatura? Como fica o saldo devedor desse financiamento?

O pacote não impede nem dificulta a assinatura. A situação (correção monetária e juros) do saldo devedor depende do que estiver definido no contrato.

**2** Vou pagar, este mês, uma dívida de um ano atrás. Os juros que serão cobrados terão o valor de antes do pacote?

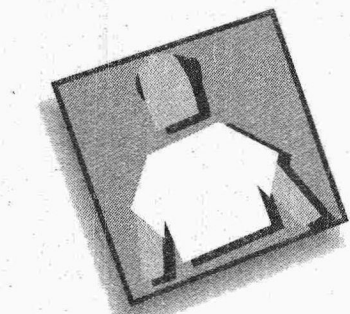
Ninguém poderá cobrar os juros atuais por 12 meses já passados de um contrato. Cada mês deve ter sua própria taxa de juros ou ela deve estar prefixada em contrato. Segundo técnicos do Procon, cobrar juros atuais por todos os meses passados seria uma tentativa de abuso do poder econômico.



## IMPOSTO DE RENDA

**1** A porcentagem adicional a ser cobrada no Imposto de Renda será mensal ou debitada do valor total no fim do ano?

Todo mês, a partir do contracheque de janeiro — entregue no final do mês ou no início de fevereiro — o contribuinte assalariado pagará 10% a mais de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) do que paga hoje. Para você saber qual será a perda, multiplique o que é pago hoje por 1,1 — cálculo equivalente à elevação de 10%. Quem paga R\$ 200 hoje, por exemplo, passará a gastar R\$ 220.



## APOSENTADOS

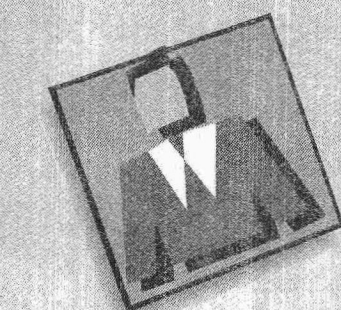
**1** O fim da aposentadoria proporcional foi incluído no pacote, na reforma administrativa ou previdenciária?

Esse fim está previsto na reforma previdenciária, porque é um assunto indiscutivelmente relacionado à Constituição Federal. De acordo com o atual texto da reforma previdenciária — ainda em votação no Congresso Nacional —, a aposentadoria proporcional será extinta, mas haverá regra de transição para quem ingressou no mercado de trabalho antes da promulgação da emenda. Para ter esse direito, o homem precisa ter 30 anos e a mulher 25 anos de contribuição.

**2** O que o pacote prevê para a aposentadoria proporcional?

O pacote tem uma nova regra referente a esse pedido de aposentadoria, mas que só vale para a iniciativa privada. O trabalhador privado só poderá pedir aposentadoria proporcional por meio de um pedido de demissão aceito pela empresa onde está empregado. Ele só poderá continuar trabalhando depois de assinar um novo contrato de trabalho. Hoje, muitos trabalhadores pedem a

aposentadoria proporcional cinco anos antes de completarem o período integral e continuam trabalhando na empresa. É uma forma de faturar mais dinheiro. O governo acredita que com a necessidade de apresentarem o pedido de demissão, os trabalhadores não serão incentivados a se aposentarem. Assim, a Previdência só gastaria verbas com seus benefícios cinco anos depois. Essa medida deve gerar economia de R\$ 100 milhões em 1998.



## SERVIDORES

**1** O deficiente físico, que é servidor público não-estável, pode ser demitido?

Segundo assessores do Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare), pode. A decisão do governo sobre o assunto não levará em conta a pessoa, mas o cargo ocupado. Uma das regras para a demissão de 33 mil servidores é que seja impessoal. Assim, o Mare espera evitar problemas judiciais no futuro.

**2** Sou funcionário administrativo de uma universidade federal, admitido em maio de 1984. Por trabalhar em uma instituição de ensino, corro o risco de ser demitido?

Quem entrou sem concurso em 1984 é considerado não-estável e, por isso, sujeito à demissão.

**3** Qual é a regra geral para identificar um servidor não-estável?

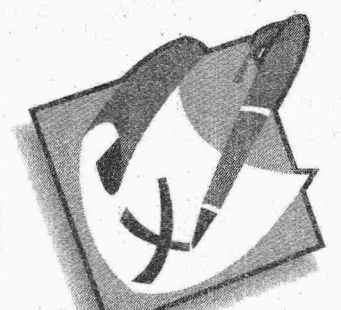
Ela está prevista no artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). O artigo prevê que só podem ser demitidos os servidores que na data da promulgação da Constituição (5/10/1988) estavam trabalhando, mas não tinham pelo menos cinco anos continuados de serviço e não foram admitidos mediante concurso público.

**4** O funcionário do Ministério Público Federal, atuando na procuradoria-geral da República, em estágio probatório, é candidato a ser demitido por esse pacote?

Não. Trata-se de um funcionário concursado. Os não-estáveis entraram para o serviço público sem prestar concurso.

**5** O servidor que ingressou no serviço público federal, por meio de "concurso público simplificado", com exame apenas de títulos, se torna estável depois de dois anos?

Não. Esses profissionais não adquirem estabilidade depois de dois anos (período de estágio probatório), porque esse tipo de exame não tem as mesmas características de um concurso público.



## CONCURSOS PÚBLICOS

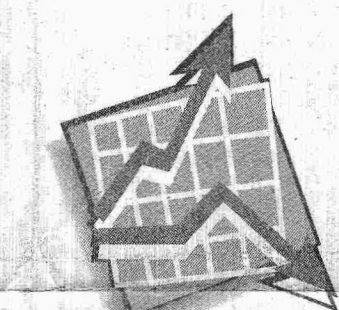
**1** O concurso para analista de Comércio Exterior, previsto para 1998, está mantido?

Sim. Trata-se de uma carreira nova, assim como a de fiscal de Defesa Agropecuária, que também terá concurso no próximo ano. O edital e data do concurso para analista de comércio exterior serão definidos pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT). O concurso para fiscal de Defesa Agropecuária terá seus detalhes divulgados pelo Ministério da Agricultura.

**2** Já se sabe que o pacote manteve os concursos públicos federais, mas houve corte de vagas? Quais concursos públicos federais ocorrerão em 1998, de acordo com a

previsão atual? Qual o número de vagas em cada um deles?

Nenhuma vaga federal foi cortada nesses casos, porque os concursos, com as respectivas contratações, estão de acordo com a meta do governo de preencher apenas uma em cada três vagas abertas na administração pública federal pela aposentadoria, morte ou pedido de demissão de funcionários em 1998. A informação é da secretária-executiva do Ministério da Administração, Cláudia Costin. Os concursos já anunciados estão em áreas consideradas estratégicas pelo governo, como arrecadação de impostos, gestão e controle dos gastos públicos. Leia a seguir a relação atualizada dos concursos previstos para 1998, com o respectivo número de vagas: especialista em Política Pública e Gestão Governamental, 60; analista de Orçamento, 30; técnico de Planejamento e Pesquisa, dez; analista de Finanças e Controle, cem; técnico de Finanças e Controle, 130; técnico do Tesouro Nacional, 400; analista do Banco Central, 300; delegado de Polícia Federal, 70; perito criminal Federal, 30; escrivão de Polícia Federal, 60; agente de Polícia Federal, 400; fiscal de Contribuições Previdenciárias, 200; fiscal do Trabalho, cem; e engenheiro, 20. Também estão previstos concursos para supervisor médico pericial, 150; analista de Comércio Exterior, cem; fiscal de Defesa Agropecuária, cem; diplomata, 26; e patrulheiro rodoviário Federal, 400. As informações são do Mare, segundo publicações já feitas no Diário Oficial da União.



## CORTES

**1** A área cultural sofrerá cortes de verbas?

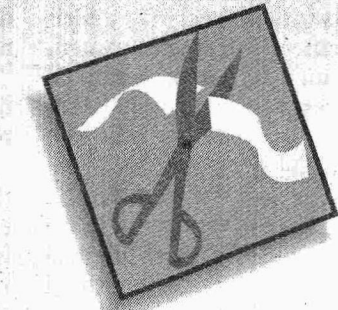
Sim. O governo reduziu pela metade todos os incentivos para abatimento de impostos das empresas. Um desses incentivos envolvia investimentos na área cultural. A medida entra em vigor no próximo ano.

**2** Como ficará a situação de quem precisa de bolsas de estudo para mestrado vindas do CNPq ou da Capes? Elas vão ser cortadas?

Haverá cortes de R\$ 100 milhões nos gastos do governo com bolsas de ensino e pesquisa, com redução de 12,5% nos gastos que estavam previstos para 1998. Quem já tem bolsa não será afetado. A medida atingirá a concessão de novas bolsas.

**3** O governo havia prometido cortes em seus gastos também para este fim de ano, mas só anunciou para 1998. Vai haver corte este ano?

Sim. O corte de 1997 deve ser divulgado a qualquer momento e será feito por meio de decreto presidencial.



## CONJUNTURA

**1** Devo continuar usando meu cartão de crédito ou é uma fria?

Deve continuar usando, mas evite pagar as contas parceladamente para fugir dos juros altos. Eles superam em um mês a inflação anual brasileira e estão acima da média de reajustes salariais. Parcelar é uma fria, pois o endividamento com juros altos pode virar uma "bola de neve". Veja como estão as taxas mensais de alguns cartões: American Express, 12,60%; Banespa Visa, 11,40%; Bradesco Visa, 10%; Credicard, 10,45%; Diners, 10,61%; Ourocard, 8,30%; e Sollo, 12,10%.

**2** Nossa economia não é das menos fortes do mundo. O que nos leva a ficar tão dependentes do capital estrangeiro especulativo?

Porque o Brasil precisa equilibrar suas contas externas, que registram a entrada e saída de dinheiro do país. Nos últimos 12 meses (outubro de 1996 a setembro de 1997) o déficit — saiu mais dinheiro do que entrou — acumulado é de US\$ 33,3 bilhões. Estão registrados nesse rombo

importações, exportações, recebimentos e pagamentos de juros e serviços. Um país que passa por um plano de estabilização, com âncora cambial (desvalorizações baixíssimas do real para mantê-lo como moeda forte aqui dentro), precisa mostrar que tem saúde financeira. O preço de não mostrar isso é ter que desvalorizar o real e, talvez, abrir as portas para a volta da inflação. Assim, é preciso cobrir esse rombo. Metade é coberto com investimentos estrangeiros diretos — dinheiro investido em empresas, que permanece aqui dentro por muito tempo. Sobra metade para ser coberta com outros capitais — é o que se chama de "necessidade de financiamento externo". Essa parte vem sendo coberta, por exemplo, com o "nervoso e especulativo" dinheiro dos investidores estrangeiros que procuram as bolsas de valores brasileiras. Em resumo, é por isso que o Brasil depende do capital especulativo.

**3** Sei que comprar dólar é arriscado, mas se eu comprar corro risco de perder dinheiro ou, pelo menos, empatar com outras aplicações?

Há o risco de perder dinheiro. Dependendo do volume de aplicação financeira, é possível conseguir rendimento mensal de 3% ou mais, sem correr riscos. A caderneta de poupança está rendendo entre 1,2% e 2% ao mês. É muito difícil uma compra de dólar render tanto.

**4** Se o pacote não der certo e o real se desvalorizar, o que acontecerá?

É impossível prever, mas uma desvalorização forte do real pode abrir caminho para a inflação voltar se o País não tiver ajuda externa. O México desvalorizou o peso no final de 1994 e só não teve a inflação de volta por causa de empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e dos Estados Unidos (EUA).

**5** O pacote muda alguma coisa na caderneta de poupança?

Não. O que alterou o rendimento da poupança foi a mudança na taxa de juros promovida pelo Banco Central no dia 30 de outubro. A TR, que serve de base para os rendimentos da caderneta, subiu. No dia 12, por exemplo, grandes especuladores aplicaram muito dinheiro na poupança, de olho em um rendimento que, para aquele dia, deve ser de 2,19% ao mês.

TIRA-DÚVIDAS